

## **CAPOEIRA E LUTA: Relações e possibilidades enquanto conteúdo específico da Educação Física**

**Jean Adriano Barros da Silva<sup>5</sup>  
Wilson de Lima Brito Filho<sup>6</sup>**

### **Resumo**

O presente artigo se articula com a temática que envolve o diálogo sobre práticas culturais e Lutas, focando em particular a capoeira. Este tema tem como objetivo geral a proposição de analisar as perspectivas da ação pedagógica no campo da Educação Física. Neste sentido, buscaremos dialogar com alguns autores, apresentando alternativas a partir da prática da capoeira e das lutas, enfocando seus movimentos, sua musicalidade e o “ritual” da roda, como fontes para o desenvolvimento humano e consequentemente das estratégias e métodos que permeiam a formação.

**Palavras Chave** – Capoeira, Luta e Educação Física

### **Abstract**

This article is articulated with the theme that involves the dialogue about cultural practices and fights, focusing in particular on capoeira. This theme has as its general objective the proposition of analyzing the perspectives of pedagogical action in the field of Physical Education. In this sense, we will seek to dialogue with some authors, presenting alternatives from the practice of capoeira and fights, focusing on their movements, their musicality and the "ritual" of the circle, as sources for human development and, consequently, of the strategies and methods that permeate the formation.

**Keywords-** Capoeira, Fight and Physical Education

---

<sup>5</sup> Licenciado em Educação Física UFBA, Mestre em Educação UFBA, Doutor em Ciências da Educação/Uminho, Pós doutor em Ciências da Educação/Uminho e Professor Adjunto da UFRB.

<sup>6</sup> Licenciado em Educação Física UFBA, Especialista em Psicopedagogia IBPEX-FACINTER, Especialista em Docência do Ensino Superior FTC, Mestre em Educação UFBA e Doutor em Educação UFBA.

## INTRODUÇÃO

O ser humano durante a sua história mundo tem se relacionado consigo, com os seres de sua espécie e de outras espécies e com o meio ambiente de diversas formas construindo um mundo cultural que se traduz numa diversidade de sentidos e significados garantindo a sua sobrevivência.

Nesta busca e construções as lutas têm se apresentado como estratégias de sobrevivência, de alimentação, de ritualidade de crenças e religiões, de jogos e ritos de passagem, como técnica de preparação para guerra e enfrentamentos, como estratégia de defesa e ampliação de reinos e governos, preparação e empoderamento individual e coletivo.

Mais recentemente com o crescimento da indústria cultural e, por conseguinte a indústria do lazer e do esporte, bem como com a sistematização das práticas corporais e atividades físicas e o desenvolvimento do campo do conhecimento Educação Física, novas possibilidades tem surgido para estas práticas, umas tidas como positivas e outras como negativas, mas tem surgido usos diversos.

As lutas se estruturaram como conteúdo específico da Educação Física, sendo reconhecida e utilizada a partir de diversas modalidades nos espaços formais e não-formais, tendo objetivos estéticos, de interrelação social, condicionamento físico, demonstrativo folclórico, esportivos<sup>7</sup>, conscientização corporal, defesa pessoal, etc.

Cabe ainda observar que estas práticas de combate ganham nomenclaturas diferentes considerando seu traço histórico e objetivos indo desde afectos da máquina de guerra nômade (DELEUSE e GATARRI, 1997), a arte marcial, esportes de combate, defesa pessoal, jogos de combates ou mesmo lutas.

Neste cenário, a capoeira prática reconhecida como genuinamente brasileira se apresenta a partir do olhar de classificações existentes dentro de princípios condicionantes<sup>8</sup>,

---

<sup>7</sup> Cabe observar que as modalidades esportivas atendem a dimensões sociais diversas. (Ver Tubino).

<sup>8</sup> Ver Gomes et al, 2010.

como luta, mas socialmente se enquadra enquanto prática de dança, esporte, cultura popular, malandragem e conteúdo específico da Educação Física considerando a diversidade de olhares e não consenso entre estudiosos e praticantes.

A partir desta diversidade surgem alguns questionamentos: a capoeira é modalidade do conteúdo luta na Educação Física? Quais as possibilidades e ligações da capoeira com os princípios condicionantes e classificação existente nas lutas? E a partir deste diálogo objetivamos compreender as relações e possibilidades da capoeira enquanto conteúdo específico da Educação Física.

Dessa forma, buscaremos relacionar a capoeira com os princípios condicionantes das lutas, as classificações das mesmas e os conteúdos da Educação Física. Ações traçadas a partir de um estudo bibliográfico do tipo exploratório, numa revisão de literatura de abordagem qualitativa.

A motivação para este estudo se deu a partir de diálogos sobre o trato das lutas traçados entre os autores e da percepção do hiato ainda existente na área sobre estas questões sobretudo no que tange a capoeira. Portanto, entendemos que faz-se importante e necessário traçar diálogos sobre esta prática cultural brasileira e suas relações na tentativa de descortinar possibilidades.

## MÉTODO

Trata-se de uma abordagem qualitativa, pois entendemos que a mesma: “é de particular relevância ao estudo das relações sociais devido à pluralização das esferas da vida.” (FLICK, 2009, p.20). No que tange ao nível da pesquisa trata-se de uma pesquisa exploratória que: “têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e idéias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores.” (GIL, 2008. p.27).

No que diz respeito ao acesso à informação optamos por uma revisão de literatura, que é um estudo:

Resultante da reunião e análise de outros trabalhos referentes ao tema objeto da pesquisa, visa basicamente a identificar na literatura o referencial teórico do estudo, isto é, os autores que já se ocuparam do tema até o momento da pesquisa, cujo pensamento constitui a base definidora do assunto.” (LUBISCO e VIEIRA 2019, p.58)

Analisando, dessa forma, textos que pudessem em conjunto com as vivências, estudos e observações dos autores construir um estudo que sirva de referência para as discussões acerca do tema, minimizando o hiato existente sobre a relação capoeira, luta e conteúdo da Educação Física.

## **A CAPOEIRA :**

Nesta secção do trabalho teremos como meta principal a apresentação da arte capoeira, considerando seu percurso histórico e características. Assim, nos propomos a iniciar o diálogo com alguns autores da área, fazendo um breve relato sobre a escravização de seres humanos, processo pelo qual se desencadeou toda a conjuntura que deu origem à capoeira e suas necessidades em território brasileiro.

## **A ESCRAVIZAÇÃO DE SERES HUMANOS**

O processo de escravização de seres humanos data de tempos remotos da civilização, contudo, as motivações e formas desta prática abominável foram sendo alteradas ao longo dos séculos. Assim, no caso específico de Portugal, é sabido que já na Idade Média diversos processos de escravização já aconteciam, como relata Rego (1968, p. 1):

E por demais sabido que durante a Idade Média os Portugueses, assim como outros povos, traficaram escravos, sobretudo negros. Há mesmo vagas notícias de uma parada aqui, outra acolá, porém a informação mais precisa, principalmente no que diz respeito ao tráfico de escravos africanos para o território português, é a fornecida por Azurara. O autor da Crônica do Descobrimento e Conquista da Guiné relata a maneira de como Antão Gonçalves, em 1441, capturou e trouxe para o Infante D. Henrique os primeiros escravos africanos. Relata também o cambalacho de Antão Gonçalves com Afonso Guterres, para importar esses negros do Rio de Ouro, cuja essência está neste trecho – O que fremoso aquecimento serya nós que viemos a esta terra por levar carrego de tam fraca mercadorya, acertamos agora em nossa dita de levar os primeiros cativos ante a presença do nosso principe!

Neste sentido, conforme relato acima citado, percebemos que a prática de escravização de seres humanos, em muito antecede os processos desencadeados em terras brasileiras, fato que se configura de forma extremamente relevante, pois denota, que no caso do Brasil, já havia

uma experiência longa de métodos e formas para este mercado lucrativo que hora apresentava-se como estratégia mercantil do continente europeu.

O comércio envolvendo o povo africano tomou tal proporção que em pouco tempo já se configurava como uma das mais importantes estratégias econômicas. Segundo Rego (1968, p. 2):

Isso foi a brecha para que o espírito de conquista do português o fiz levantar âncoras, para as terras de África, em busca de um novo comércio, fácil e rendoso, porém humilhante e desumano. A coisa tomou um rumo tal, que dentro em pouco, Lisboa e outras cidades já tinham um cheiro de cidade mulata.

Outro detalhe importante que não pode passar de maneira despercebida, foi o apoio da Igreja a todo processo de escravização, considerando obviamente toda retribuição financeira repassada aos religiosos e a ampliação do raio de influência católica que estava condicionada à conversão das pessoas em situação de escravidão. Neste sentido, vale lembrar que, muitos povos invadidos e aviltados neste processo, já possuíam uma rica matriz religiosa, processos educativos e culturais complexos e, em alguns casos, muito mais avançados que os europeus. Contudo, toda esta base que antecedia a chegada do português era, na maioria das vezes, desconsiderada e substituída pelos dogmas religiosos cristãos. Segundo Rego (1968, p. 8):

Com o passar do tempo essa atividade, longe de se extinguir, tomou um impulso espantoso. Por incrível que pareça, esse comércio terrível e desumano teve a mais forte cobertura da Santa Madre Eclésia, alegando para tanto o argumento idiota de que os portugueses tornariam os povos ditos bárbaros, adeptos da fé de Cristo. Imagine que o papa Eugênio IV, pelas bulas *Dudum cum* de 31 de julho de 1436, a *Rex Regnum* de 8 de setembro de 1436 e a *Preclaris tuis* de 25 de maio de 1437, renovou a concessão ao rei D. Duarte de todas as terras que conquistasse na África, desde que o território não pertencesse a príncipe cristão.

Neste processo abominável de parceria entre a Igreja e a coroa portuguesa, acreditamos ser necessário fazer justiça a alguns papas, que protestaram contra esta conjuntura e moveram esforços contra esta verdadeira barbárie humana, como Pio II com a Bula de 7 de outubro de 1462, Paulo III em 1537, Urbano VIII com a Bula de 22 de abril de 1639, Benedito XIV em 1741, Pio VII em 1811 e finalmente Gregório XVI, pela Bula de 3 de dezembro de 1839, que condena e proíbe a escravidão de negros.

Sobre o início do processo da vinda de escravizados para o Brasil, motivações, grupamentos, etnias, relações econômicas, responsabilidades dos gestores, dentre outras informações extremamente importantes, temos relativas dificuldades para obtê-las de fontes diretas, considerando que o conselheiro Ruy Barbosa, quando ministro da Fazenda, no governo de Deodoro da Fonseca, resolveu destruir todos os arquivos relativos ao processo de escravização brasileiro, alegando que este representava uma mácula para a nação. Neste sentido, Rego (1968, p. 10) destaca uma resolução com o seguinte teor:

Considerando que a nação brasileira, pelo mais sublime lance da sua evolução histórica, eliminou do solo da pátria a escravidão – a instituição funestíssima que por tantos anos paralisou o desenvolvimento da sociedade, inficionou-lhe a atmosfera moral; considerando que a República está obrigada a destruir esses vestígios por honra da pátria, e em homenagem aos nossos deveres de fraternidade e solidariedade para com a grande massa de cidadãos que pela abolição do elemento servil entraram na comunhão brasileira; resolve:

1.º– Serão requisitados de todas as tesourarias da Fazenda todos os papéis, livros e documentos existentes nas repartições do Ministério da Fazenda, relativo ao elemento servil, matrícula de escravos, dos ingênuos, filhos livres de mulher escrava e libertos sexagenários, que deverão ser sem demora remetidos a esta capital e reunidos em lugar apropriado na recebedoria.

2.º–Uma comissão composta dos Srs. João Fernandes Clapp, presidente da confederação abolicionista, e do administrador da recebedoria desta capital, dirigirá a arrecadação dos referidos livros e papéis e procederá à queima e destruição imediata deles, o que se fará na casa de máquina da alfândega desta capital, pelo modo que mais conveniente parecer à comissão.

Capital Federal, 15 de dezembro de 1890. – Ruy Barbosa.

Acreditamos que as motivações do ministro da Fazenda Ruy Barbosa não estavam centradas exclusivamente no que está relatado no conteúdo da resolução citada acima, considerando que, com o fim da escravização de seres humanos, o governo brasileiro poderia ser acionado pelos antigos “proprietários” de pessoas escravizadas, sendo-lhe reivindicadas possíveis indenizações pelos prejuízos causados na nova conjuntura de liberdade para os negros, onerando os cofres da nação com cifras impossíveis de serem pagas. Assim, mais do que humanitário, o então ministro, foi estratégico economicamente em favor de sua pasta, responsável pela gestão econômica, contudo, a dimensão do impacto de sua atitude para com

os relatos históricos repercute até a atualidade, dificultando um levantamento mais preciso dos detalhes do início e desenvolvimento da chegada dos negros no Brasil.

Mesmo sendo difícil, por fontes diretas, definir o início da vinda dos primeiros negros para o Brasil, é possível ter uma noção pelo levantamento de cartas e comunicação outras entre os membros da coroa portuguesa, e estas indicam que, desde mais ou menos 1500, já existiam movimentações escravocratas em terras brasileiras. Desta forma, alguns anos mais tarde, aproximadamente na década de 1690, temos conhecimento que as regiões de Angola e de Costa da Mina forneceram escravos para o Brasil, sendo que os oriundos da Costa da Mina, em sua grande maioria, aportaram na Bahia, enquanto que os que vieram de Angola foram enviados para o Rio de Janeiro. Neste sentido, estima-se que, ainda no século XIX, foram escravizados para o Brasil, aproximadamente, 3,5 milhões de pessoas negras de terras africanas.

Já na primeira metade do século XX, a parte Centro Ocidental da África serviu de base exploratória para o tráfico de uma cifra próxima a 1,5 milhão de indivíduos, sendo responsável por ocupar o espaço de maior fornecedor para o lucrativo comércio de seres humanos daquele período.

Com o passar dos anos, outras regiões foram exploradas, destacando partes da costa e as savanas, considerando que os portugueses traficavam, principalmente, nas regiões de Luanda e Benguela, sendo os escravizados trocados por tecidos, armamentos e até por bebidas produzidas no Brasil.

É importante ressaltar que os locais onde viviam os que foram escravizados e trazidos para o Brasil, possuíam complexas e distintas expressões culturais, sendo estas, muitas vezes, alvo de disputas internas africanas que ocasionavam guerras e significativos conflitos em que os capturados inimigos eram escravizados pelos vencedores, contudo, esta lógica, nem de longe, pode justificar ou ser comparada com o processo mercantil e desumano capitaneado pelo continente europeu na África. Segundo Souza (2008, p.84): “Além de serem afastados das aldeias nas quais cresceram e que eram o centro de seu universo, muito poucas vezes conseguiam se manter próximas de conhecidos e familiares mesmo quando todos eram capturados juntos”.

O famigerado processo de escravização europeu tratava pessoas como mercadorias, sendo a crueldade uma tônica cotidiana de lida com as pessoas escravizadas. Neste sentido, os relatos históricos apontam que os que seriam vendidos imediatamente, eram ligados, uns aos outros por correntes de ferro, sendo açoitados por todo o trajeto até o ponto de venda, muitas

vezes caminhando por quilômetros de distância. A comida e a água eram insuficientes, pela própria dinâmica imposta pelo negócio. Esta forma desumana de trato ocasionava muitas mortes pelo caminho, sendo o cadáver desprendido da argola de ferro e abandonado no caminho. Os sobreviventes que conseguiam chegar ao navio eram colocados nos porões em espaços mínimos, insalubres e tão escuros que não se identificava dia ou noite.

Macedo (*apud.* Martins, 1974) descreve que os negros eram empilhados nos porões, recebendo pouca comida e água, sendo aceitável um índice de mortes acentuado, com perdas de 10% dos indivíduos, chegando, em alguns casos, ao falecimento de metade das pessoas.

As condições eram as piores possíveis, fato que atestava a crueldade no trato com os negros, que, mais tarde, ajudariam a construir o nosso país e boa parte da riqueza cultural que podemos desfrutar na atualidade, sendo a capoeira uma parcela de todo este aporte que recebemos da mãe África.

## ORIGEM DA CAPOEIRA

A capoeira e sua história inicial estão diretamente associadas ao processo de escravização de seres humanos, e parte do estudo deste, por sua vez, foi comprometido pelo ato do senhor Ruy Barbosa, como já foi descrito anteriormente. Neste sentido, para entender o começo da trajetória da capoeira, precisaremos recorrer a fatos históricos indiretos que nos ajudam a montar o grande quebra-cabeças da chegada da matriz cultural que vai compor esta arte em território brasileiro. Conforme Mello (1996, p. 29): “Ruy Barbosa, quando ministro da Fazenda, com o argumento de apagar a história negra da escravidão, mandou incinerar uma vasta documentação relativa a esse período”.

Pesquisadores do mundo inteiro disputam versões para a origem da capoeira, dentre estas, destacamos três principais: a primeira delas afirma que a capoeira é africana, ou seja, foi criada na África e veio já estruturada para o Brasil; a segunda versão afirma que a origem se deu em território brasileiro por forte influência indígena, minimizando a colaboração cultural africana; a terceira versão aponta para uma possibilidade de origem híbrida, considerando a capoeira uma arte afro-brasileira. Desta forma, tentaremos dialogar com estas três principais versões no texto abaixo, descrevendo detalhes e argumentando em favor da possibilidade que mais nos identificamos.

Sobre a possibilidade de que a capoeira é exclusivamente africana, apresentamos uma discordância, considerando, inicialmente, que, se assim o fosse, deveríamos ter a arte espalhada



na mesma proporção da diáspora africana pela escravização em mais lugares para além do Brasil, ou seja, partes das etnias trazidas para nosso país foram traficadas também para América Central, outros países da América do Sul e do planeta. Sendo assim, deveríamos ter capoeira em mais algum lugar além das terras brasileiras, sem ter sido por influência nossa, fato até hoje desconhecido dos pesquisadores, pois a capoeira como conhecemos, sempre que encontrada fora de nossos limites territoriais, foi levada por uma cultura corporal impregnada de brasilidade.

A versão de que a capoeira seria exclusivamente brasileira se enfraquece na medida em que se assim o fosse, não seria possível encontrar em outras partes do planeta, que receberam pessoas escravizadas da África ou no próprio continente africano, expressões culturais muito próximas do contexto filosófico, técnico e ritualístico da capoeira, que antecedem a presença da cultura brasileira nestes lugares. Assim, expressões culturais como o Bambuco Patiano colombiano, que atualmente se expressa no campo da música, mas indica fortes traços com a capoeiragem, também a Ladja, dança luta da Martinica, o Mani em Cuba, o Moringue, o N`golo e a Bassula, todos de Angola, dentre outras, representam fortes indícios de que existe uma matriz comum com base na cultura negra.

A terceira possibilidade é aquela que nos aproxima de uma versão mais coerente com os indícios históricos, pois considera todo hibridismo étnico característico da cultura brasileira e reafirma as argumentações que justificam a pouca probabilidade das duas versões anteriores. Neste sentido, acreditamos que a capoeira, em sua estrutura central, é afro-brasileira e, em nosso território, junta a base cultural africana, a necessidade de liberdade do negro escravizado, costumes do índio nativo e do colonizador europeu, fazendo um caldeirão cultural, denominado de capoeira. Portanto, uma comparação coerente, seria imaginarmos uma mulher negra, africana e escravizada que tem um filho em território brasileiro. Esta criança teria toda a carga genética de sua mãe, a necessidade de se libertar, mas seria criada também sob a influência de costumes indígenas e dos portugueses.

Santos (1990), em seus estudos, diz que a capoeira nasceu no Brasil, fruto da conjuntura local, daquele momento da história, que impelia os escravizados a criarem alternativas em busca de sua liberdade, considerando todas as mesclas culturais e o trato com esta diversidade como estratégia de luta.

Vários elementos da capoeira nos indicam traços de influências culturais distintas, como exemplo podemos citar: O uso da navalha por capoeiras no século passado, pois segundo dados

históricos, a navalha foi trazida para o Brasil por membros da marinha portuguesa; traços da movimentação indígena na técnica, nomenclaturas de golpes e letras das cantigas; a relação da Chula portuguesa com a musicalidade, dentre outras, e tudo isso inserido em um contexto de luta pela liberdade, com uma base cultural africana. Neste sentido, Rego (1968, p. 30) destaca que:

No caso da capoeira, tudo leva a crer seja uma invenção dos africanos do Brasil, desenvolvida por seus descendentes afro-brasileiros, tendo em vista uma série de fatores colhidos em documentos escritos e sobretudo no convívio e diálogo constante com os capoeiras atuais e antigos que ainda vivem na Bahia, embora em sua maioria, não pratiquem mais a capoeira, devido a idade avançada.

Acreditamos que esse convívio intenso de diferentes culturas e as necessidades em território brasileiro ajudou a moldar, ritualisticamente, a arte capoeira, imprimindo nela um toque peculiar de brasilidade e miscigenação de costumes característicos de nosso cotidiano. Neste sentido, Capoeira (1998), em sua obra, afirma que a capoeira nasceu da mistura de diversas lutas, danças, rituais e instrumentos musicais vindos de várias partes da África, sendo, no território brasileiro, tudo isso misturado, provavelmente em Salvador e no Recôncavo Baiano durante o século XIX.

Esta grande mistura cultural serviu de catalisador para construção de toda complexidade que compõe a capoeira na atualidade, contudo, a conjuntura histórica de cada período ajudou a constituir a estrutura da arte na forma que conhecemos atualmente. Assim, seguiremos fazendo um diálogo com os principais momentos que marcaram o desenvolvimento da capoeira e seus nexos com o pensamento da sociedade em cada época.

## DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO DA CAPOEIRA

O desenvolvimento da capoeira no Brasil confunde-se com a trajetória do povo negro e suas implicações para sobreviver em território brasileiro, considerando as estratégias de luta pela liberdade e para manutenção da matriz cultural africana tão perseguida pelo colonizador. Assim, sobre a prática da capoeira, de acordo com Mello (1996, p. 32): “Essa prática se dava de maneira clandestina, pois, uma vez que ela era utilizada como arma de luta, os senhores de engenho passaram a coibi-la veementemente, submetendo a terríveis torturas todos aqueles que a praticassem”.

Os negros utilizavam várias estratégias para camuflar o potencial bélico da capoeira como luta, pois sabiam que a percepção deste fator ampliaria o nível de repressão à sua prática, comprometendo o desenvolvimento deste braço de confronto ao regime escravocrata. Neste sentido, acredita-se que a mescla da dança e os aspectos da musicalidade serviram não apenas para assegurar uma ancestralidade, mas também para desviar a atenção do colonizador, dificultando a revelação das reais motivações daquela prática insurgente.

Lamentavelmente, esta camuflagem da capoeira não se sustenta por muito tempo, como assegura Santos (1990, p. 34): “Com o passar dos tempos, os nossos colonizadores perceberam o poder fatal da capoeira, proibindo esta e rotulando-a de arte negra”.

Vale ressaltar que, inicialmente, a estratégia dos colonizadores, foi não reprimir a prática cultural dos negros escravizados, pois, considerando a diversidade de costumes e etnias, incluindo que muitas destas eram inimigas históricas em terras africanas, acreditava-se que o fortalecimento das culturas individuais poderia dificultar uma aproximação política para questionar o regime de vida no Brasil. Assim, durante um determinado período, foi possível perceber relativa tolerância aos costumes africanos.

Contudo, ao contrário do que se imaginava, a luta comum por liberdade fez com que o intercâmbio nesta diversidade se ampliasse no sentido de uma maior articulação, tendo na capoeira um dos braços de luta para esta revolução social.

A partir desta percepção do perigo da união dos africanos em torno de uma causa comum, o colonizador iniciou um intenso processo de perseguição cultural às práticas do negro em nosso território, facto que fez desenvolver inúmeras formas de resistência na manutenção de crenças e costumes, como o disfarce da capoeira em dança, o falso sincretismo entre deuses africanos e santos católicos, a oralidade no processo educativo, dentre outras.

Seguindo o processo histórico do negro escravizado, a capoeira foi, inicialmente, um fenômeno rural, sendo praticada nos engenhos, senzalas, quilombos e outros locais de agrupamentos para resistência e luta pela liberdade, sendo mais tarde desenvolvida como fenômeno urbano, ocupando espaços nos portos, praças, feiras e afins, consolidando-se técnica e, ritualisticamente, pelo intercâmbio étnico/cultural daqueles envolvidos e todo contexto da vida cotidiana destes. Neste sentido, Rego (1968, p. 36), destaca que:

A capoeira foi inventada com a finalidade de divertimento, mas na realidade funcionava como faca de dois gumes. Ao lado do normal e do quotidiano, que era divertir, era luta também no momento oportuno.

Não havia academias de capoeira, nem ambiente fechado, premeditadamente preparado para se jogar capoeira. Antigamente havia capoeira, onde havia uma quitanda ou uma venda de cachaça, com um largo bem em frente, propício ao jogo. Aí, aos domingos, feriados e dias santos, ou após o trabalho se reuniam os capoeiras mais famosos, a tagarelarem, beberem e jogarem capoeira.

A capoeira seguiu seu curso e em pouco tempo incorporou as lutas do negro na zona urbana, sendo, de forma discreta, mais um elemento de expressão da cultura afro-brasileira que invadiu as cidades e misturou-se no cotidiano da população, mesmo que ainda de forma marginal, como parte de tudo aquilo que derivava da mãe África. Contudo, alguns fatores colaboraram para que em determinado momento a capoeira saísse da condição marginal e se apresentasse como alternativa educacional.

Dentre as diversas fases que a capoeira passou ao longo de seu desenvolvimento, entendemos como o mais marcante a década de trinta, pois neste período temos a sistematização das duas escolas de capoeira mais tradicionais, bem como o início do processo de institucionalização da arte. Neste sentido, temos a Luta Regional Baiana de 1932 e a Angola, também estruturada em período próximo, sendo a primeira liderada por Manoel dos Reis Machado (Mestre Bimba), e a segunda por Vicente Ferreira Pastinha (Mestre Pastinha), ambos baianos e com grande reconhecimento de seus pares das culturas populares.

A Luta Regional Baiana, mais tarde apelidada de capoeira Regional, representou a porta de saída para capoeira da marginalidade legal, pois assumia uma formatação antes nunca feita, com sistematização escrita, aulas em recintos fechados e um mestre que possuía certificado de instrutor de Educação Física, sendo inclusive responsável pela primeira apresentação oficial ao governo. Segundo Rego (1968, p. 315):

Mestre Bimba foi o primeiro capoeirista, na história turbulenta da capoeira, em todo o Brasil a entrar no palácio governamental e se exhibir, com seus alunos, para um governador, que queria mostrar nossa herança cultural a seus amigos e autoridades e como tal escolheu a outrora perseguida capoeira, justamente em uma época em que estávamos sob o regime de uma ditadura violenta.

Outro momento importante para a capoeira foi a apresentação do Mestre Bimba e seus alunos, em 23 de julho de 1953, para o então presidente da República do Brasil, Getúlio Vargas, ficando este episódio marcado também, pois a presidência aproveitou o ensejo para liberar em

todo território nacional as manifestações populares dos negros, antes criminalizadas e perseguidas pelo Estado. Assim, Bimba e sua “Regional” seguiram em constante processo de negociação social para tirar a capoeira da marginalidade, mesmo que para isso, em alguns momentos, tenha sido necessário romper paradigmas e se reinventar culturalmente.

A capoeira Angola de Mestre Pastinha, movimento contemporâneo à criação da Luta Regional Baiana, serviu de contraponto ao caráter aparentemente inovador de Mestre Bimba, pois se centrava na manutenção do discurso em torno da tradição e da ancestralidade, contudo, mediante um olhar mais crítico e aprofundado, percebe-se que ambas as escolas fizeram adaptações técnicas e filosóficas para sobreviverem culturalmente, ou seja, não cabe aqui dizer que, matricialmente, nenhuma das duas rompeu com a tradição Africana.

O momento histórico exigiu que, tanto o Mestre Bimba como o Mestre Pastinha fizessem alterações adaptativas que destoaram da capoeira praticada antes de sua época, criando seqüências de ensino padronizadas, uniformes, academias, método escrito, padrões ritualísticos, dentre outros, sendo estas modificações importantes para assegurar o processo de sobrevivência da capoeira até aos dias atuais.

É importante destacar que não foi fruto do acaso este processo de sistematização escrita da capoeira ter acontecido neste período, tão pouco a formatação técnica destas duas escolas de capoeira terem seguido uma abordagem que em muito se assemelhava às escolas de ginástica européias, estes métodos, no início do século XX, já haviam chegado ao Brasil com muita intensidade e propósitos semelhantes aos desenvolvidos em seus países de origem, disciplinando corpos para o trabalho e preparando, fisicamente, as pessoas para defesa dos interesses nacionalistas, ou seja, perfeitamente adaptável a necessidade conjuntural do Brasil que vivia em franco processo de ditadura militar da era Vargas.

A partir desta forma de ginástica, oriunda do militarismo, bem antes da oficialização da Capoeira Regional e da Angola, surge a ideia de transformar a Capoeira em ginástica brasileira. Neste sentido, em 1907 é lançado um material com o título “Guia do capoeira ou ginástica brasileira”, escrito por um militar de iniciais O.D.C., em que apontava a Capoeira como uma forma de defesa nacional (Silva, 2001). Assim, a partir deste período, inicia-se um movimento de tentativa para aproximar a Capoeira da Educação Física, fato que justifica as adaptações feitas na década de trinta pela capoeiragem baiana.

Um autor chamado Inezil Penna Marinho, já em 1956, propõe a criação de um Método Nacional de Educação Física, sendo este basicamente centrado em Capoeira, com o intuito

principal de valorizar o sentimento de nacionalismo que vigorava naquele momento histórico. Segundo Reis (1997, p.73-74):

O autor predetermina os objetivos da capoeira nos currículos escolares e, mais uma vez, demonstra a mesma visão equivocada dos antigos protagonistas dos objetivos da educação física escolar brasileira [...] o autor, infelizmente, reforçou a visão superficial e ingênua de que cada brasileiro deveria abraçar com bravura, obediência e resignação, na sua função patriótica de colocar o Brasil e sua população engajados no processo desenvolvimentista e orquestrados por um governo antidemocrático e militarista [...]. Esta consciência pela busca da cidadania não poderia advir de uma proposta equivocada a fim de incluir a capoeira nos currículos escolares.

Este entrelace com a Educação Física, na mesma medida em que auxilia a capoeira a sair da condição de luta marginal para vislumbrar uma inserção no campo da educação formal em escolas, também modifica alguns princípios desta arte iniciática e com forte influência africana, ou seja, para ser “aceita” socialmente a capoeira precisou assumir tendências metodológicas de leitura da realidade que destoavam da herança ancestral africana.

A capoeira, como de costume das práticas afro-brasileiras e seu processo de resistência, ao longo da história assumiu tendências para sobreviver socialmente, dentre estas, a própria aproximação com a Educação Física, pois, se este foi um caminho de aceitação social e saída da marginalidade, com certeza não representou o abandono total de um referencial educativo calcado na oralidade, aprender-fazendo, respeito aos mais antigos, dentre outros. Desta forma, todo este movimento representou apenas uma estratégia de “jogo” com o sistema social de opressão ao negro e suas práticas em território brasileiro, mesmo considerando que este período e suas modificações deixaram marcas que influenciam a capoeira até a atualidade.

Hoje, a capoeira configura-se como uma arte que mescla esporte, luta, dança, cultura popular, música e brincadeira. Caracteriza-se, prioritariamente, como jogo de movimentos ágeis e complexos, onde são utilizados os pés, as mãos e elementos ritualísticos, sendo a mesma praticada em mais de 150 países, reconhecida, a partir de sua “roda”, como patrimônio imaterial da humanidade, com importante contributivo ao processo educativo em espaços formais, informais e não formais, servindo de importante estratégia para manutenção de traços fundamentais da cultura afro-brasileira no mundo e como maior expoente da língua portuguesa neste processo.

Dentre as diversas facetas educativas assumidas pela capoeira na atualidade, destaca-se sua contribuição metodológica no campo da formação de professores, considerando suas relações com traços formativos fundamentais no desenvolvimento das potencialidades de um educador mais conectado com a contextualização e aplicabilidade dos conteúdos formais e seus impactos na transformação social. Assim, seguiremos analisando as possibilidades da capoeiragem no cotidiano formativo para licenciatura.

### **LUTA: de conceitos, princípios condicionantes e classificações**

A tentativa de diálogo com as práticas corporais de combate nos remetem aos trabalhos de DELEUZE e GUATARRI (1997) quando os mesmos apresentam a apropriação da máquina de guerra e seus afectos pelo estado ao serviço do monarca e ao serviço do capital.

Ocorre que do deslocamento da máquina de guerra nômade até o que conhecemos hoje como luta, temos uma série de questões a tratar que vão da multiplicidade de usos do vocábulo, passando pelas diversas percepções de autores ou pelo uso de atividades com gestos motores similares e objetivos diferentes como termos sinônimos, como por exemplo Arte Marcial, Esporte de Combate, Briga, Defesa Pessoal, etc

Yonezawa (2010) no texto *Algo se move: um elogio filosófico-ético à prática do combate como arte e educação*, faz uma tentativa de construção apresentando transformações históricas a partir de uma história dos usos. É importante frisar que seria preciso tratarmos o termo a partir de uma abordagem que explorasse a história dos conceitos, para daí termos uma maior aproximação de suas possibilidades, mas neste trabalho o olhar é diverso.

Para o presente trabalho a construção do conceito desse fenômeno se deu a partir dos estudos de Gomes (2008) que estabelece princípios condicionais para as lutas. Estabelecendo a autora que “Independente da modalidade ou especificidade da luta, esses aspectos são condições indispensáveis para que uma atividade seja caracterizada como Luta, pois são capazes de delinear o conhecimento e diferenciá-lo dos demais.” (GOMES, 2008, p. 42). Esta diferenciação é um dos pontos para os quais conceitos são estabelecidos frente a grande quantidade de práticas na atualidade.

Aprofundando os estudos da autora (2008) observamos que constituem estes princípios, em número de cinco, o contato proposital, a fusão ataque/defesa, a imprevisibilidade, o(s) oponente(s)/alvo(s) e as regras. E a partir de reunião destes chega a um conceito onde a luta constitui-se como

Prática corporal imprevisível, caracterizada por determinado estado de contato, que possibilita a duas ou mais pessoas se enfrentarem numa constante troca de ações ofensivas e/ou defensivas, regida por regras, com o objetivo mútuo sobre um alvo móvel personificado no oponente. (GOMES, 2008, p.49)

Uma vez apresentado o conceito que tem como finalidade principal diferenciar a luta de outros fenômenos ou práticas corporais, num primeiro momento, podemos dizer que a diversidade de práticas que contemplam estes princípios são imensas e seus usos ainda mais diversos, cabe ainda frisar que na tentativa de aprofundar o estudo e compreensão temos diversas categorizações bem como, diversos autores debruçados nesta ação, apresentados pela autora.

Entretanto, uma das classificações nos causou um interesse maior que foi a classificação de Espartero (1990) que segundo Gomes (2008, p. 36) estabelece uma classificação “de acordo com o tipo de contato entre os oponentes”. Ou seja, os esportes de luta com agarre<sup>9</sup>, os esportes de luta de golpes<sup>10</sup> e, os esportes de luta com implemento<sup>11</sup>. (Gomes, 2008).

O interesse que nos fez escolher esta classificação adveio do fato que traçamos um entendimento da capoeira como luta, ou melhor é possível percebermos a presença dos princípios condicionais da luta na capoeira, ou seja, contato proposital, fusão ataque/defesa, imprevisibilidade, regras e oponente(s) alvo(s), mas quando trazemos a capoeira para uma tentativa de classificação – especificamente a proposta por Espartero - não encontramos grupo correlato que a contemple.

Daí temos dois caminhos, desconsiderar a capoeira enquanto luta ou buscar traçar um novo caminho que traduza a necessidade de uma nova categoria junto a classificação apresentada pelo autor, optamos pelo segundo caminho, estabelecendo a categoria de *Esporte de luta de esquiva*.

A inserção dessa nova categoria a classificação de Espartero (1999) justifica-se a partir do momento em que a capoeira enquanto prática de combate tem na esquiva sua maior

---

<sup>9</sup> “Esse agarre seria uma ação básica que representa os objetivos comuns entre as modalidades, tais como a derrubada (derribo), as projeções (proyecciones) e o controle no solo.” (Espartero (1999) apud Gomes (2008, p.36).

<sup>10</sup> “O critério neste grupo é o tipo de golpe (chutes, socos isoladamente ou numa mesma luta).” (Espartero (1999) apud Gomes (2008, p.36).

<sup>11</sup> “na qual o objetivo é tocar as determinadas áreas do corpo do adversário com a mediação de uma espada, por exemplo.” (Espartero (1999) apud Gomes (2008, p.36).



ferramenta e fonte de anulação do potencial de ataque do oponente sendo a esquivas e não o bloqueio ou defesa direta a estratégia principal de defesa.

Portanto pensar nas lutas e sua relação com a capoeira traduz afastamentos e aproximações, mas certamente um movimento vivenciado que traduz uma especificidade que se apresenta também em outras modalidades de luta, como por exemplo o Aikido, esta modalidade tem como forma de defesa estas estratégias de esquivas.

## A EDUCAÇÃO FÍSICA E SEUS CONTEÚDOS

A Educação Física enquanto campo do conhecimento tem suas características, objeto de estudo e conteúdo específicos frutos de um processo histórico de diálogos para garantir o seu lugar formativo e especificidades, que estabelecem com o trato do conhecimento pontos de ancoragem com vistas ao desenvolvimento dos sujeitos.

No caminho para essa construção é constante na Educação Física brasileira, seja no universo formal ou informal, no campo acadêmico ou de intervenção :

a idéia de crise que circula em nosso meio fazendo com que pareça ser rotineira e perene. Neste trajeto dois aspectos sempre se fizeram presentes: a luta por status acadêmico e a crise de identidade. Podemos dizer que um se dá motivado pelo outro, onde o debate encerra-se numa espécie de circularidade. (ROCHA JUNIOR, 2005, p.71)

Entretanto, nas duas últimas décadas cresceu este lugar do campo de forma a ser apropriado pelo estrutura estatal – sobretudo no campo formal de educação – a sua percepção como linguagem<sup>12</sup> e o estabelecimento de conteúdos específicos para o trato do conhecimento. De forma que, sendo seu objeto de estudo a cultura corporal assumindo

princípios científicos e filosóficos materialistas onde a atividade humana (e não o movimento) é o fundamento da produção desta parte da cultura, as suas manifestações são concebidas através de suas significações socialmente construídas e de seu sentido de momento histórico, embora isso não signifique “perder de vista os objetivos relacionados com a formação corporal, física, dos alunos, senão, recolocá-los no âmbito espaço-temporal da vida real de uma sociedade de classes” (TAFFAREL; ESCOBAR, 2009, s.p.) *apud* (FRIZZO, 2013, p.203)

---

<sup>12</sup> O que traduz uma necessidade de comunicação de relacionamento com os outros sujeitos.

Percebe-se um direcionamento que dá esteio para um trato de conhecimento ampliado envolvendo práticas corporais em seu sentido lato. E neste sentido Brito Filho (2018, p. 280) sinaliza que

O processo de ensino aprendido intencional seja ele em ambientes formais ou não-formais de educação são traduzidos por uma sequência de situações que tem como fundamento a relação pedagógica, cabe, entretanto, observar para além da pedagogia num formato restrito.

Advindo destas discussões também é importante perceber que esta relação de aprendizado se constrói tendo um conjunto de conteúdos que de acordo com Libâneo (1994) citado por GONZALEZ e FENSTERSEIFER (2014, p. 148) “são um conjunto de conhecimentos, habilidades, hábitos, modos valorativos e atitudinais da atuação social, organizados pedagógica e didaticamente, tendo em vista a assimilação ativa e aplicação pelos alunos na sua prática de vida.”

Isso na Educação Física vai se reverberar no fato que os

jogos e brincadeiras, danças e atividades rítmicas, lutas, esportes, artes circenses, capoeira, ginásticas tem sido apresentados como conteúdos específicos por diversos autores (BRASIL, 1997); (COLETIVO DE AUTORES, 1992); NEIRA (2014); (DARIDO, 2015) traduzindo que o movimento humano apresenta como possibilidades uma multiplicidade de conteúdos já tomados como específicos da área e ainda que, são possíveis de acréscimos a todo tempo. (BRITO FILHO, 2018, p. 281)

Dessa forma, não trata-se de uma opção mas sim um direcionamento que é traduzido por diversos autores que estudam este campo de conhecimento em específico, portanto a luta é – junto a outros conteúdos específicos da Educação Física – responsável por este trato ampliado, e a capoeira inserida contribui com o contexto e dá conta de um olhar socialmente referenciado a partir de tratos históricos que traduzem conquistas de etnias em busca de seu lugar ao sol.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS.**

Pensar a capoeira enquanto prática de luta e em ato contínuo como conteúdo da Educação Física, sobretudo na sua acepção que implica numa prática corporal que tem o

combate entre pessoas como sua principal função, não exclui a sua percepção enquanto práticas e ou objetivos outros, mas funda uma percepção que amplia o trato do fenômeno lutas inclusive trazendo um novo olhar para uma de suas classificações.

A Educação Física enquanto campo do conhecimento cada vez mais e de maneira mais intensa deve aproximar-se das práticas corporais e absorver seus usos e possibilidades para contribuir não apenas na ampliação do repertório psico, cognitivo, motor e social dos sujeitos, mas também do repertório cultural e das possibilidades de integrar novas formas de ver cada movimento e as suas variantes.

Conceitos diversos são criados, transformados acrescentados e esquecidos considerando sobretudo o uso social de cada fenômeno, entretanto, é patente que possamos cada vez mais ampliar olhares não cometendo equívocos de anacronismo, mas respeitando cada momento e cada relação histórica destes, para que com isso minimizemos erros, ampliemos as reparações e aprofundemos as possibilidades de vivências.

## REFERÊNCIAS

BRITO FILHO, Wilson de Lima. **Formação no âmbito das práticas corporais : possibilidades e restrições.** (p.278-285) In: ARAÚJO, Jurandir de Almeida e CUNHAM Rubia Mara de Sousa Lapa. (Orgs). **PESQUISA EM EDUCAÇÃO: Entrelaçando práticas e saberes plurais.** Curitiba : CRV, 2018.

DELEUZE, Gilles e GUATARRI, Félix. **Mil platôs - capitalismo e esquizofrenia**, vol. 5; tradução de Peter Pál Pelbart e Janice Caiafa. — São Paulo: Ed. 34, 1997.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa.** 3.ed. – Porto Alegre : Artmed, 2009.

FRIZZO, Giovanni Felipe Ernst. Objeto de Estudo da Educação Física: as concepções materialistas e idealistas na produção do conhecimento. **Motrivivência**, Ano XXV, nº 40, p. 192-206 Jun./2013. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/2175-8042.2013v25n40p192>. Acesso em: 19.07.2020.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo : Atlas, 2008.

GOMES, Mariana Simões Pimental. (et al). Ensino das lutas: dos princípios condicionais aos grupos situacionais. **Revista Movimento.** Porto Alegre, v. 16, n. 02, p. 207-227, abril/junho de 2010.

GOMES, Mariana Simões Pimental. **Procedimentos pedagógicos para o ensino das lutas: contextos e possibilidades.** 2008. 119 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física). Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2008.

Disponível em :  
[http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/274808/1/Gomes\\_MarianaSimoesPimentel\\_M.pdf](http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/274808/1/Gomes_MarianaSimoesPimentel_M.pdf). Acesso em 20.07.2020.

GONZALEZ, Fernando Jaime e FENSTERSEIFER, Paulo Evaldo. **Dicionário crítico de educação física**. 3. ed. rev. e ampl. – Ijuí: Ed. Unijuí 2014.

LUBISCO, Nívia Maria Lienert e VIEIRA, Sônia Chagas. **Manual do estilo acadêmico : trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses**. 6ª ed. rev. e ampl. Salvador : EDUFBA, 2019.

MACEDO, S. D. T. (1974). **Crônica do negro no Brasil**. Record: Rio de Janeiro.

MELLO, S. Esse nego é o diabo, ele é capoeira ou da motricidade brasileira. **Revista Discorpo**. São Paulo, n. 6, p. 29-39. 1996.

NESTOR, Capoeira. **Capoeira: pequeno manual do jogador**. 4. ed. Rio de Janeiro: Record.1998.

REGO, Waldeloir. **Capoeira Angola - ensaio sócio-etnográfico**. Salvador: Itapuã, 1968.

ROCHA JUNIOR, Coriolano Pereira da. A ORGANIZAÇÃO DO CAMPO DA EDUCAÇÃO FÍSICA: Considerações sobre o debate. **Arquivos em Movimento**, Rio de Janeiro, v.1, n.2, p. 69-78, julho/dezembro, 2005. Disponível em :  
<https://revistas.ufrj.br/index.php/am/article/view/9061/7191>. Acesso em: 19.07.2020.

SANTOS, L. S. **Educação, educação física, capoeira**. Maringá: Imprensa Universitária. 1990.

SOUZA, M. M. **África e Brasil africano**. Ática: São Paulo. 2008.

Reis, L. V. S. **O mundo de pernas para o ar: a capoeira no Brasil**. São Paulo. Publisher Brasil. 1997.

SILVA, P. C. C. Capoeira e educação física – uma história que dá jogo... Primeiros apontamentos sobre suas inter-relações. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**. v.23, n.1, p.131-145, set..2007.

YONEWAZA, Fernando Hiromi. Algo se move: um elogio filosófico-ético à prática do combate como arte e educação. **Motriz**, Rio Claro, v.16 n.2 p.348-358, abr./jun. 2010. Disponível em :  
<http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/motriz/article/view/3520/2969>